

## **Paradigma infeliz**

*MARCELO DE PAIVA ABREU\**

Não há semana que passe sem que algum especialista perpetre artigo comparando o desempenho econômico do Brasil com o da Argentina, sublinhando o contraste entre os 8%-9% anuais de crescimento do produto interno bruto (PIB) argentino nos últimos anos com o do Brasil, mergulhado na zona abaixo dos 3% anuais. As versões mais radicais defendem o calote na dívida externa como fórmula para alcançar o pretensório nirvana argentino. Versões mais brandas defendem o afrouxamento da política de juros, com argumentos relacionados à necessidade de depreciação cambial e aceleração do crescimento. Ou seja, em última instância, advogam ou inflação mais alta, ou alguma forma de calote, ou uma combinação dessas 'soluções'. Em meio à pantanosa tentativa de definição pelo governo dos ingredientes para melhorar o desempenho econômico do País, esse enfoque é singularmente irresponsável. Se a Argentina serve de exemplo, é quanto ao que se deve evitar, e não quanto ao que se deve imitar.

O pretensamente formidável desempenho argentino deve ser considerado no quadro de recuperação da crise pós-1998, com o PIB em 2002 caindo mais de 18% em relação ao seu pico. Entre 1998 e 2006, de fato, embora o desempenho dos dois países tenha sido medíocre, a mediocridade argentina superou a mediocridade brasileira: o PIB per capita brasileiro cresceu 8,8% no período, enquanto o PIB per capita argentino cresceu apenas 3,3%. E ainda há que levar em conta a menor volatilidade do desempenho brasileiro, enquanto, na Argentina, devem ser contabilizadas as significativas perdas de PIB nos anos intermediários. O desempenho comercial brasileiro, apesar das lamúrias cambiais, tem sido bem melhor do que o argentino. Além disso, a própria natureza da recuperação argentina sugere que a sustentabilidade de trajetória de crescimento a altas taxas depende de aumento significativo do investimento.

Por outro lado, a experiência recente argentina tem sido fartamente instrutiva quanto ao que se deve evitar tomar como exemplo. Inflação anual rondando os 10% certamente não é luxo a que se possa permitir o Brasil, com a sua memória inflacionária remanescente. A reintrodução de controles de preços é algo que deve ser deplorado. Se alguma coisa foi aprendida por aqui, é que a inflação acaba por ser explicitada, a despeito de intervenção do governo. As loas que se ouvem ao 'realismo cambial' argentino raramente são acompanhadas de análises cuidadosas sobre a remuneração efetiva dos exportadores de commodities. A pesada taxa à exportação imposta pelo governo argentino é ineficiente. O que se vê é a restauração de instrumentos usados no passado. A sistemática adoção pelo peronismo de políticas de desincentivo às exportações teve melhor justificativa no imediato pós-Guerra, dada a inconvertibilidade das moedas européias. Devem ser também registrados os litígios quanto à definição da remuneração das empresas estrangeiras de serviços públicos, embora aí muito deva ser debitado ao governo Menem e às condições que vigoraram em algumas das privatizações argentinas. Mas a confusão regulatória e a instabilidade de regras persistem no atual governo.

No terreno político, mesmo os críticos mais radicais do lulismo terão dificuldade em encontrar algo que mereça ser tomado como exemplo para o Brasil. O que se viu durante o mandato de Néstor Kirchner foi como um modesto político de parca expressão nacional, proveniente de província tradicionalmente marginal na vida política argentina, teve sucesso em assegurar o controle de boa parte da máquina política peronista. Isso diz bem das habilidades políticas do pingüino de riña e muito mal do peronismo, presa fácil para qualquer esforço sério de cooptação. Agora, o que se vê, no início das manobras que precedem a eleição presidencial, é a melancólica reincidência de enredo tipicamente argentino, envolvendo o que poderia ser chamado de 'continuismo conjugal'. Na trilha de Eva e Isabelita Perón, surge o nome da senadora Cristina Fernández de Kirchner como potencial candidata à Presidência nas próximas eleições, dependendo das avaliações estratégicas do casal. No Brasil, por mais afetado que tenha sido o PT pela sucessão de escândalos relacionados à corrupção, por mais limitada que seja a lista de eventuais candidatos a candidatos na coalizão governamental e por mais descoroçados que estejam o PSDB e o PFL pela recente derrota, a vida política parece pujante quando comparada ao paroquialismo do vizinho.

Finalmente devem ser considerados os impactos de longo prazo de um calote da dívida externa ou interna. Em diversas ocasiões desde a independência, a dívida externa brasileira foi renegociada, mas em geral com base em dificuldades de manutenção de seu serviço. Os dois calotes (suspensão unilateral e total de pagamentos) impostos pelo Brasil aos seus credores externos, em 1937 e 1987, foram motivados politicamente. O de 1937 não teve grandes conseqüências, porque outros fatores, de ordem sistêmica, afetaram os mercados financeiros após 1945. O de 1987 foi bastante desastroso e ainda não foi integralmente apagado da memória do mercado externo. O calote heterodoxo da dívida interna em 1990, também não. Calotes são punidos pelo aumento do custo de endividamento futuro. As medidas de prêmio de risco devidamente normalizadas indicam significativo hiato entre a posição do Brasil, que tem acesso ao mercado, e da Argentina, que não tem. Um objetivo central da política econômica deve ser a redução do prêmio de risco do Brasil, baseada na melhora do desempenho macroeconômico. Andamos precisados de mais virtude, e não de copiar calote.

*\*Ph.D. em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio*